

de parabéns à nova Administração do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) do biênio 2022-2024 - o Exmo. Ministro Emmanoel Pereira, como Presidente, a Exma. Ministra Dora Maria da Costa, como Vice-Presidente e o Exmo. Ministro Caputo Bastos, como corregedor - , solicitando o envio de ofício, com a adesão do Plenário.

Finalizando, o Exmo. Desembargador Luiz Otávio Linhares Renault parabenizou o Exmo. Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, que foi aprovado pelo Senado para integrar o CNJ, com adesão do Plenário.

Término dos trabalhos às 16 (dezesesseis) horas e 38 (trinta e oito) minutos.

Sala de Sessões, 9 de dezembro de 2021.

JOSÉ MURILO DE MORAIS
Presidente do TRT da 3ª Região

TELMA LÚCIA BRETZ PEREIRA
Diretora Judiciária

Ata n. 22/2021 do Tribunal Pleno

Ata n. 22 (vinte e dois), da sessão plenária solene realizada aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um.

Às dezoito horas do dia dez de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, no Plenário Desembargador Bolívar Viégas Peixoto, localizado no 10º andar do Edifício-Sede do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, nesta cidade de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, reuniu-se o Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, em sessão plenária solene, sob a Presidência de Sua Excelência o Desembargador José Murilo de Moraes. Em virtude das restrições para a realização de solenidades com a presença de público, decorrentes das recomendações de distanciamento social devido à pandemia da covid19, a solenidade foi realizada de forma híbrida: presencial, com número limitado de pessoas, tendo sido adotados todos os protocolos sanitários para evitar a disseminação da covid19, bem como de forma telepresencial, pela plataforma Videoconferência Zoom e com transmissão ao vivo pelo canal oficial do TRT no Youtube.

Compareceram presencialmente os Exmos. Desembargadores José Murilo de Moraes (Presidente), Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto (1º Vice-Presidente), Ana Maria Amorim Rebouças (Corregedora), Maristela Íris da Silva Malheiros (Vice-Corregedora), Maria Lúcia Cardoso de Magalhães, Ricardo Antônio Mohallem, Denise Alves Horta, Sebastião Geraldo de Oliveira, César Pereira da Silva Machado Júnior, Marcelo Lamego Pertence, Maria Stela Álvares da Silva Campos, Sécio da Silva Peçanha, Taisa Maria Macena de Lima, Milton Vasques Thibau de Almeida, Rosemary de Oliveira Pires Afonso, José Marlon de Freitas, Maria Cecília Alves Pinto, Manoel Barbosa da Silva, Paula Oliveira Cantelli, Rodrigo Ribeiro Bueno, Antônio Gomes de Vasconcelos, Gisele de Cássia Vieira Dias Macedo e Sérgio Oliveira de Alencar.

Em ambiente virtual estavam presentes os Exmos. Desembargadores Luiz Otávio Linhares Renault, Marcus Moura Ferreira, Lucilde D'Ajuda Lyra de Almeida, Anemar Pereira Amaral, Jorge Berg de Mendonça, Emerson José Alves Lage, Paulo Chaves

Corrêa Filho, Paulo Maurício Ribeiro Pires, Lucas Vanucci Lins, Adriana Goulart de Sena Orsini, Juliana Vignoli Cordeiro, Marco Antônio Paulinelli de Carvalho, Jaqueline Monteiro de Lima, Antônio Carlos Rodrigues Filho, Marcos Penido de Oliveira e Vicente de Paula Maciel Júnior.

Ausentes as Exmas. Desembargadoras Camilla Guimarães Pereira Zeidler e Cristiana Maria Valadares Fenelon, em férias regimentais; o Exmo. Desembargador Jales Valadão Cardoso, em licença médica; os Exmos. Desembargadores Paulo Roberto de Castro, Luís Felipe Lopes Boson, Oswaldo Tadeu Barbosa Guedes, Weber Leite de Magalhães Pinto Filho e Antônio Neves de Freitas, com causas justificadas.

A Mestre de Cerimônias apresentou os registros iniciais, informando que o TRT da 3ª Região recebeu inúmeras mensagens de felicitações aos Desembargadores empossandos, que agradeceram as manifestações.

Na presente sessão solene, destinada à posse de Suas Excelências os Exmos. Desembargadores Ricardo Antônio Mohallem, César Pereira da Silva Machado Júnior, Rosemary de Oliveira Pires Afonso, Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto e Manoel Barbosa da Silva, nos cargos de Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, Corregedor e Vice-Corregedor, respectivamente, para o biênio 2022/2023, participaram da composição da mesa de honra: Sua Excelência o Desembargador Presidente deste Tribunal, José Murilo de Moraes; Sua Excelência o Desembargador José Eustáquio Lucas Pereira, neste ato representando Sua Excelência o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Desembargador Gilson Soares Lemes; Sua Excelência o Presidente do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho, Colepregor, o Presidente do TRT da 17ª Região, Espírito Santo, Desembargador Marcello Maciel Mancilha; Sua Excelência o Presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, Desembargador Fernando Armando Ribeiro; Sua Excelência o Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais, Doutor Arlélcio de Carvalho Lage; Sua Excelência o Procurador-Chefe da União no Estado de Minas Gerais, Doutor Bráulio Lisboa Lopes; Sua Magnificência a Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, Professora Sandra Regina Goulart Almeida; Sua Excelência o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais, Raimundo Cândido Júnior; Sua Excelência o Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 3ª. Região - Amatra 3, Juiz Renato de Paula Amado.

Dando início à solenidade, o Hino Nacional Brasileiro foi executado por músicos integrantes da Orquestra Sinfônica da Polícia Militar de Minas Gerais.

Com a palavra, Sua Excelência o Desembargador Presidente, José Murilo de Moraes, declarou aberta a sessão solene destinada à posse do novo corpo diretivo do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, para o biênio 2022/2023, nos cargos de Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, Corregedor e Vice-Corregedor.

Foram registradas as presenças das seguintes autoridades: Sua Excelência o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, Santa Catarina, Desembargador José Ernesto Manzi e de sua esposa; Sua Excelência o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, Alagoas, Desembargador José Marcelo Vieira de Araújo; Sua Excelência o Ex-Ministro do Tribunal Superior

do Trabalho, Dr. Manoel Mendes de Freitas; Sua Excelência o Desembargador aposentado do TRT da 3ª Região, Dr. Hegel de Brito Bosen; Sua Excelência o Desembargador aposentado do TRT da 3ª Região, Dr. Antônio Fernando Guimarães; Sua Excelência o Juiz Marco Aurélio Marsiglia Treviso, Diretor de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, representando sua Excelência o Presidente da Entidade, Juiz Luiz Antônio Colussi; Sua Excelência a Juíza do TRT da 3ª Região, Ana Luíza Fischer Teixeira de Souza Mendonça; Sua Excelência a Juíza do TRT da 3ª Região, Cláudia Rocha Welterlin; Sua Excelência o Juiz do TRT da 3ª Região, Ricardo Marcelo Silva; Sua Excelência o Juiz do TRT da 3ª Região, Márcio José Zebende; Sua Excelência o Juiz aposentado do TRT da 3ª Região, Orlando Tadeu Alcântara; o Superintendente Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais, Dr. João Carlos Gontijo de Amorim; Sua Excelência o Procurador-Chefe da Fazenda Nacional no Estado de Minas Gerais, Ranulfo Alexandre Pingosvik de Melo Vale; o Coronel do Exército, Maurício Bachie Ferreira, representando o Comandante da 4ª Região Militar, General de Divisão Jorge Antônio Smicelatto; Sua Excelência o Procurador-Chefe da Procuradoria do Tesouro, Precatórios e Trabalho, Dr. Fábio Murilo Nazar, representando o Advogado-Geral do Estado, Dr. Sérgio Pessoa de Paula Castro; a Procuradora-Geral Adjunta do Município de Belo Horizonte, Dra. Isabela Boaventura, representando o Prefeito, Alexandre Kalil; o advogado da Advocacia-Geral da União, Dr. Adilson Moreira; o Superintendente de Rede da Caixa Econômica Federal, Emerson Leal Rocha; o Superintendente de Governo da Caixa Econômica Federal, Marcelo Baião; o Superintendente Substituto Estadual da Agência Brasileira de Inteligência, Abin, Fábio Oliveira; o Sr. Gustavo Mota Fonseca, nesta oportunidade representando Sua Excelência o Deputado Federal Hercílio Coelho Diniz; a Presidente da Associação Mineira dos Advogados Trabalhistas, Dra. Cássia Marize Hatem Guimarães; a 2ª Secretária da Associação Mineira dos advogados Trabalhistas, Amat, Dra. Raquel Leal Paixão Raso Guimarães; a advogada Dra. Andréa de Campos Vasconcellos; o Advogado Dr. André Schmidt de Brito; o Advogado Dr. Caio Andrade Alcântara; o representante da Sicoob-Coopjus, Sr. Ronaldo Alves da Silva; a Presidente da Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais em Minas Gerais, Assojaf, Paula Drumond Meniconi; o diretor de Esportes do Círculo Militar de Belo Horizonte, Sr. Áthila Matias.

Em seguida, e nesta sequência, foram lidos os termos de posse dos novos Dirigentes da Administração do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região: Sua Excelência o Desembargador Ricardo Antônio Mohallem, no cargo de Presidente; Sua Excelência o Desembargador César Pereira da Silva Machado Júnior, no cargo de 1º Vice-Presidente; Sua Excelência a Desembargadora Rosemary de Oliveira Pires Afonso, no cargo de 2º Vice-Presidente; Sua Excelência o Desembargador Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto, no cargo de Corregedor, e Sua Excelência o Desembargador Manoel Barbosa da Silva, no cargo de Vice-Corregedor.

Lidos e assinados os termos de compromisso e cumpridas as formalidades legais, o Exmo. Desembargador Presidente, José Murilo de Moraes, declarou-os empossados, registrando que entrarão em exercício no dia 1º do mês de janeiro do ano de 2022, e convidou o Exmo. Desembargador Ricardo Antônio Mohallem para assumir a presidência da sessão solene.

Homenageando os empossados, os músicos integrantes da Orquestra Sinfônica da Polícia Militar de Minas Gerais executaram a

música Con Te Partirò, de Francesco Sartori e Lucio Quarantotto.

Foi dada a palavra ao MM. Juiz Presidente da AMATRA 3, Dr. Renato de Paula Amado:

Exmo. Desembargador José Murilo de Moraes, Presidente do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região; Exmo. Desembargador Ricardo Antônio Mohallem, Presidente eleito do Egrégio TRT3; cumprimento os demais integrantes da mesa de honra na pessoa do Presidente José Murilo. Cumprimento também os colegas magistrados, os membros do Ministério Público, os servidores, os advogados e as demais autoridades presentes a esta solenidade. Queria registrar também a presença da Anamatra, pelo amigo Marco Aurélio Treviso, diretor de prerrogativas daquela entidade e vice-presidente da Amatra3, que gentilmente cedeu o espaço para a fala da nossa associação regional, que hoje representa as duas associações da magistratura do trabalho. Bem, vou ser bem breve e inicialmente eu gostaria de registrar o imenso respeito a todas as perdas e sofrimentos em função dessa terrível pandemia que enfrentamos. E dizer que cada gestão que se inicia traz o sentimento de esperança. A assunção de uma nova administração, seja nos tribunais, seja nas associações, nos enche de boas expectativas.

Sem que isso signifique qualquer crítica a gestões anteriores, a perspectiva em relação ao futuro sempre tende a ser de melhoria. Assim, toda renovação gera uma crença de que dias melhores virão. Especialmente em um momento ainda tão difícil da história mundial, essa expectativa de renovação serve para minimizar um pouco todo esse cenário de tristeza causado pela pandemia. Termino o meu mandato na Amatra3 no dia 13 de dezembro, segunda-feira, e gostaria de registrar um agradecimento a todos com quem tive uma convivência tão próxima nesses dois últimos anos. Tenho uma profunda gratidão por ter sido escolhido para presidir a Amatra3 e agradeço a paciência e o tratamento respeitoso que sempre tive de todos, ressaltando a convivência harmônica e respeitosa com os membros da atual Administração do Tribunal, mesmo nas situações de alguns embates institucionais, situações essas que são perfeitamente naturais em cada gestão. Registro, sr. presidente, que todas as nossas atuações visaram atender os objetivos de toda a categoria, com a mais absoluta transparência, e tenho certeza que a associação continuará, Dr. Ricardo, a partir do dia 13 com uma nova condução, mas da mesma forma, sempre vigilante e na busca por respeito e valorização da nossa carreira. Dr. José Murilo, Dr. Fernando, Dra. Camilla, Dra. Ana Maria e Dra. Maristela, em nome da Amatra3, recebam os sinceros agradecimentos pela gestão que se encerra. Parabênz, por fim, toda a nova Administração do Tribunal que iniciará a gestão no dia 1º de janeiro.

A Amatra3 também continuará participando e contribuindo para a melhoria das condições de trabalho e da prestação jurisdicional, cumprindo seu papel de protagonista histórica em todos os assuntos relevantes.

Dr. Ricardo, Dr. César, Dra. Rose, Dr. Fernando e Dr. Manoel, desejo muito sucesso à nova Administração e que esse sentimento que hoje temos de esperança possa se transformar, ao final dos dois anos da nova gestão, em um sentimento de gratidão por todo o trabalho realizado no novo biênio.

Muito obrigado a todos!

Na sequência, manifestou-se o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais, Raimundo Cândido Júnior:

"Exmo. Sr. Desembargador José Murilo de Moraes, minha primeira

palavra é endereçada a Vossa Excelência para dizer que, assim como seu mandato termina, meu mandato de Presidente na Seccional Mineira da OAB também está terminando. Mas, eu quero dar o testemunho da boa convivência que tivemos. Desde o momento em que Vossa Excelência teve a gentileza de levar o convite ao nosso gabinete da OAB e durante toda esta caminhada nestes dois anos. Uma caminhada de irmãos fraternos, nós que nos conhecemos nos bancos da Faculdade Milton Campos como professores daquela escola. Parabéns a Vossa Excelência, a advocacia lhe é eternamente grata pelo profícuo trabalho realizado neste mandato, nesta excelente convivência com os advogados. Caríssimo Presidente Ricardo Antônio Mohallem, meu colega de missa lá no São Bento, estou saudoso de Vossa Excelência, porque a pandemia não nos deixa nos encontrarmos. Eu quero, na pessoa de Vossa Excelência, cumprimentar o Dr. César; Dra. Rosemary, minha colega no doutorado; Dr. Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto; Dr. Manoel Barbosa da Silva, meu ex-aluno. Eu tenho poucas causas na Justiça do Trabalho, mas tenho muitos amigos, sobretudo aqui neste Tribunal. Fico muito feliz de mais uma vez estar podendo participar com a distinção deste evento, manifestando a certeza de que Vossa Excelência, Dr. Ricardo, tem uma tarefa hercúlea de continuar este profícuo trabalho desempenhado pela administração anterior. Mas, tenho absoluta certeza de que a sua diretoria fará um trabalho tão excelente quanto o que ora se encerra. Termino a minha manifestação como sempre tenho terminado meus discursos que ficaram tão atualizados neste tempo de pandemia, com três palavras: paciência, paciência e paciência. Nós somos indispensáveis à administração da Justiça: juízes, promotores, advogados. O outro sinônimo de justiça é paz, como nos lembra o Papa Francisco. E a ciência da paz é a paciência. Primeiro, a paciência para com Deus é fé, acreditar que melhores dias para a Justiça virão neste país. Segundo lugar, paciência para com nós mesmos que é a esperança, do verbo esperar, correr atrás, fazer a nossa parte. Em terceiro lugar, paciência para com o próximo, aquele para o qual nós todos trabalhamos; paciência para com o próximo é caridade, é amor. Ou seja, o Raimundinho está pregando nessa oportunidade o exercício das virtudes teologais, da fé, da esperança e da caridade. Sejam felizes. Muito obrigado.

Prosseguiu-se com o pronunciamento de Sua Excelência o Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais, Arlélcio de Carvalho Lage:

Excelentíssimos Desembargadores Doutor José Murilo de Moraes e Doutor Ricardo Antônio Mohallem, nas pessoas dos quais cumprimento todos os integrantes da Administração 2020/2021 e da Administração que ora se inaugura; Magistrados, demais autoridades presentes, senhoras e senhores, boa noite! A atual administração, composta pelos Desembargadores e Desembargadoras Drs. José Murilo de Moraes, Fernando Rios Neto, Camilla Guimarães, Ana Maria Rebouças, Maristela Íris Malheiros passou por reveses inesperados jamais enfrentados no Brasil desde a criação da Justiça do Trabalho. A pandemia da covid/19 retirou, abrupta e dolorosamente, do nosso convívio, milhares de pessoas queridas e sequelou outras milhares e vocês tiveram que improvisar, não sabendo se acertariam ou se errariam, mas tiveram a coragem de agir em tempo de proteger seus magistrados, servidores, advogados e as partes que buscam a Justiça do Trabalho, introduzindo condutas adequadas e funcionais, como o teletrabalho, audiências virtuais, a obrigatoriedade de utilização de meios de proteção individuais e coletivos para aqueles que deveriam atuar presencialmente, tudo isso, mesmo antes da

ciência do que seria, ou não, funcional, para se evitar ou atenuar o contágio da doença no TRT3.

Às barreiras impostas pelo imponderável da pandemia, vocês responderam prontamente com soluções que se mostram eficientes! Mas não só na gestão da pandemia, como em todas as questões administrativas, as soluções foram dignas do reconhecimento e do respeito das instituições parceiras desse Tribunal.

A vocês, ofereço um verso de Cecília Meireles, poeta, como ela preferia ser chamada, e que bem ilustra o período da atual administração:

"Mas a vida, a vida, a vida,
a vida só é possível reinventada."

A vocês, que reinventaram o TRT3, nesses momentos nebulosos, respeitando a vida e a dor de quem perdeu entes queridos, recebam os cumprimentos e o respeito do MPT pela excelente gestão durante biênio 2020 a 2021.

Excelentíssimos Desembargadores, Drs. Ricardo Mohallem, César Machado Júnior, Desembargadora Rosemary Pires Afonso, Desembargadores Fernando Luiz Rios Neto e Manoel Barbosa da Silva, que comporão a gestão 2022/2023 deste Egrégio Tribunal Regional do Trabalho, é com grande honra que apresento a vossas excelências as saudações do Procurador-Geral do Trabalho, o Excelentíssimo Doutor José de Lima Ramos Pereira, as saudações de todos os membros do Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais e as minhas saudações pessoais. Vossas Excelências ingressaram na magistratura entre os meados da década de 80 e início da década de 90, período que permeia a Carta Cidadã de 1988, que trouxe novos contornos para a Magistratura, para o MP Brasileiro e para a advocacia, nessa longa jornada da nova ordem social, onde a defesa dos interesses coletivos foi introduzida nas pautas do Ministério Público e do Judiciário, consolidando-se como um caminho sem volta para a proteção equânime e célere de grandes grupos de trabalhadores vítimas do trabalho escravo; do trabalho infantil, dos discriminados e dos acidentados, sem relegar ao segundo plano, as empresas que dignamente, contribuem para fomentar o emprego e o crescimento do Brasil.

A evolução da humanidade já nos mostrou, à exaustão, que não se reescreve uma história sem um conhecimento consistente do passado que a gerou memória, vivência e experiência são alguns dos inúmeros atributos que Vossas Excelências trazem na bagagem para construir o novo na Justiça do Trabalho mineira, pelos próximos dois anos.

Dr. Ricardo Mohallem, no momento que estamos vivendo, que mais parece um mar revolto, comparo Vossa Excelência a um valente navegador, com dignidade e honra capazes de conduzir este Egrégio TRT3, com os seus pares, de maneira segura, diante do porvir, como sempre incerto, que muitas vezes desafia a capacidade de gestão do administrador público.

A pandemia da covid-19 continuará tornando desassossegada qualquer administração, como é para o navegante, o mar revolto, mas sob o seu timão, tranquilo e sereno, seus pares, subordinados ou usuários da justiça do trabalho, não se sentirão mareados, ao contrário, sentirão seguros.

Que possamos caminhar lado a lado, TRT e MPT, em diálogo franco, aberto e permanente, em busca das novas respostas que a sociedade espera de nós, hasteando ainda com mais firmeza a bandeira que é causa da nossa existência: progresso com justiça social.

Cito Casimiro de Abreu, em seu poema Deus que pinço os versos, para finalizar a minha fala:

"que dura orquestra! que furor insano!

"que pode haver maior que o oceano,

"ou que seja mais forte do que o vento?!"

minha mãe a sorrir olhou p'os céus

e respondeu: um ser que nós não vemos

"é maior do que o mar que nós tememos,

"mais forte que o tufão! meu filho, é Deus!"

A Justiça é laica, mas não, os vossos corações.

Tenho certeza de que Vossas Excelências conduzirão magnificamente este egrégio TRT3, independentemente da maré. Recebam os meus votos de uma gestão profícua, renovadora e vitoriosa. Obrigado!

Passou-se a palavra à Exma. Desembargadora Taisa Maria Macena de Lima, que, em nome da Corte, proferiu a saudação aos novos dirigentes:

"Num primeiro momento, pensei que uma alagoana não conseguisse falar de um mineiro. Palavras podem ser difíceis, especialmente porque trago dentro de mim a terra onde nasci. Tudo em Alagoas tem a luta pela temperança: ora é o agreste sertão que grita ou silencia, ora é o mar verde infinito que fica à deriva ou aconchega. Essa dualidade diária, própria dos nordestinos, traz coragem e também incertezas..., mas ao fincar os pés em Belo Horizonte, mesmo sentindo que (...) a saudade debruçada chora¹, logo aprendi com Guimarães Rosa que Minas Gerais é muitas. São pelo menos, várias Minas². E se tudo nesta terra tem pluralidade, como bem lembrado na oração roseana, fiz-me crescida de coração; deixei (...) distante o passado soluçando³ e me permiti adotar outros pedaços de mim bem mineiros. Assim, eu os coloco na palma da mão para não me esquecer desse viver plural, que me permite vestir ... minhas tristezas em alegrias⁴, na melhor lição que aprendi em Minas Gerais, juntamente com o lema inconfiante libertas quae sera tamen (Liberdade ainda que tardia). Por isso, tudo aqui pode ser apreendido, consertado e transformado, pois os mineiros têm... como maior riqueza do homem a sua incompletude⁵. Assim, tudo vale a pena quando se quer crescer em recomeços. E na junção da minha parte nascida alagoana e da minha parte adotada mineira, aquele momento inicial ? em que me questione se conseguiria descrever um mineiro ? perdeu-se no exíguo tempo de um ponto de interrogação e de uma exclamação. Foi só um (...) sublime susto⁶. Portanto, é com muita honra, muito gosto e muita alegria, que faço a apresentação do Desembargador Ricardo Antônio Mohallem, como Presidente deste Tribunal Regional do Trabalho, da 3ª Região, para o biênio 2022/2023.

Ricardo é uma pessoa que contagia e surpreende, a começar pelos significados dos seus nomes: RICARDO vem do latim "Ricardus" ou do saxão-germânico "Ricohard", formado pelos elementos "Rik" príncipe e hard, forte, corajoso. Também quer dizer aquele que tem coração valente. ANTÔNIO tem origem desconhecida; talvez venha da Roma antiga ou da Grécia e significa o inestimável, o valioso, o digno de apreço. MOHALLEM, nome originário do Líbano, significa professor, orientador e carrega do seu povo um sentido de honra, de grande resiliência, pois lhe é inerente a capacidade de superar as adversidades. Em que pese esse nome forte, tanto pela sonoridade, quanto pelos significados, nem preciso dizer que Ricardo nunca propagou esta rica pluralidade, que tão bem o personifica. Elenão é de aparecimento, prefere o silêncio. O seu viver é também plural. Sempre se fez, desde criança, prático, criativo e decidido, gostando de tudo nos mínimos detalhes. Era um menino de alma antiga que defendia causas maduras. Na família, ainda mocinho, deixou de ser aquele que é cuidado para se tornar o cuidador, marcando presença forte entre

os seus pais, Ruth Lays e Joaquim Mohallen, bem como entre os irmãos. O amor chegou-lhe ainda jovem e, quando seus olhos viram Ângela ? hoje sua esposa ? logo soube que ela lhe preencheria muitos vazios. Esse amor, construído com muito companheirismo, trouxe-lhe o tempo certo para o melhor ouvir, a melhor fala e para acertar muitos passos na estrada da vida. Desse amor veio Eduardo, seu filho, alegria tão esperada que levou a descobrir, na paternidade, que sua vida tinha mudado para sempre e para melhor. Eduardo trouxe Cíntia, nora querida, e deles veio Joaquim, seu neto, que reuniu na medida exata a melhor parte de todos. E a família não seria completa se eu não me lembrasse do Whisky, o cãozinho, que foi amigo leal das horas incertas.

Esse é o jeito reservado de viver do Ricardo: simples, sem extravagância, extremamente desligado das coisas banais. Poucas pessoas sabem, mas ele é leitor voraz, desde a filosofia aos best-sellers, sempre se aprofundando nas muitas leituras. Tem o dom da reflexão, o que levou Carlos Heitor Cony, imortal da Academia Brasileira de Letras, a dele se aproximar e elegê-lo como amigo-irmão. Com muito gosto, acumula a trajetória de Professor e Palestrante. Também não poderia deixar de registrar que Ricardo é homem de profunda fé, mas nunca foi de petições ou de muitas velas acesas. Prefere o trabalho dedicado, sem alarde, nos caminhos de Deus.

Lembro-me de Ricardo, ainda bem jovem, nas salas de aula e corredores da casa de Afonso Pena, precisamente nos cursos de pós-graduação, doutorado e mestrado da Faculdade de Direito da UFMG. Não demorou muito tempo para um novo encontro, que se fez, não por acaso, mas porque era preciso. Em 1990, quando fiz concurso para a magistratura trabalhista e, antes da posse, fui, por conta própria, assistir às audiências da Justiça do Trabalho no prédio da rua Curitiba, nesta Capital, precisamente na então Junta de Conciliação e Julgamento em que Ricardo atuava como Juiz presidente. No ir e vir de partes, advogados, testemunhas e servidores, além dos muitos processos, senti ali que o meu estimar por Ricardo deixou de ser ligeiro e tomou-se de aprofundamentos⁷. Ninguém esquece o primeiro dia de aula, os primeiros professores e colegas e, tampouco, o primeiro juiz paradigma. Ricardo não foi só uma referência, mas desmitificou a imagem distorcida da minha meninice, do juiz e da sua capa preta, que vivia em tempestades, mesmo quando o clima não era para tanto. Ele bem espelhava o que eu queria ser como juíza, na condução de uma audiência pública, pois manifestava cortesia e discernimento, tanto no trato com litigantes e advogados, quanto com testemunhas, peritos e servidores, em atuação ágil e qualificada. Ricardo plantou boas sementes em muitos cantos das nossas várias Minas. Ingressou na magistratura trabalhista em 1986, após aprovação em concurso público, para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto, atuando em Pouso Alegre, Poços de Caldas, Ponte Nova, Divinópolis e Belo Horizonte. Em 1987 passou a Juiz-Presidente em Sete Lagoas, depois Betim e, por fim, em Belo Horizonte. Em 2001, foi promovido por merecimento e empossado no segundo grau. No biênio de 2016/2017 integrou a Administração deste Tribunal, no cargo de 1º Vice-presidente. Presidiu a 1ª Seção Especializada de Dissídios Individuais, a 9ª Turma, a Sessão Especializada de Dissídios Coletivos e também, integra o Órgão Especial deste Regional. Aqui, faço um parêntese importante: como é possível perceber nesta fala, Ricardo ... gosta de se multiplicar todos os dias⁸, pois sempre laborioso no exercício da função judicante, além de estar na frente do seu tempo, com o olhar voltado para o futuro das inovações tecnológicas, não medindo o presente e nem (...) o passado com régua de exagerar as distâncias.⁹ Quando poucos conheciam ou sabiam utilizar um

computador, ele já tinha adquirido o seu, tornando-se um estudioso competente, no campo da informática judicial, cujo reconhecimento ultrapassou os limites das Minas Gerais. Foi coordenador do processo eletrônico judicial- PJE do Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho - e. Gestão do c. Tribunal Superior do Trabalho-TST, durante a presidência do Ministro Carlos Alberto Reis de Paula e também no Conselho Superior de Justiça-CSJ. Integrou como gestor o comitê do PJE e do e. Gestão no Conselho Nacional de Justiça-CNJ. Neste Tribunal foi gestor do PJE e do e. Gestão desde o final de 2011. Compôs o comitê do PJE e o e. Gestão da Escola Nacional de Formação de Magistrados do Trabalho. Participou, ainda, do Comitê Gestor de Conciliação do CNJ, dentre outros. Nestas minhas letras miúdas mas, recolhidas do meu melhor sentir, não sei se consegui descortinar a grande bagagem de Ricardo, cheia de muitas horas antigas e de tantas memórias queridas, deste mineiro tão multifacetado, eleito por aclamação, para exercer o cargo de Presidente do TRT- 3ª Região. Saudado-o, na forma usual libanesa, que é dita apenas para aqueles que realmente são bem-vindos e que trazem em si muitos acolhimentos: TCHARAFNA estamos honrados 10. Desejo, nesta hora presente, que abençoado seja o seu mister na direção desta Casa. E na emoção, que não escondo de mim e nem de ninguém, sinto-me agraciada em saber que tudo será sucesso, pois, parafraseando Guimarães Rosa, RICARDO ANTONIO MOHALLEM É MUITOS!

Caríssimos, eu lhes confesso que, neste meu falar, o tempo já anda exíguo para o correr com as letras, mas serei precisa, mesmo na roda de tantas emoções, pois também me foi dada a oportunidade de apresentar, neste momento solene, os demais integrantes da nova Administração do TRT - 3ª Região, para o biênio 2022/2023 e, ainda, de expressar o meu carinho, apreço e respeito a César Pereira da Silva Machado Júnior, doravante 1º Vice-Presidente; Rosemary de Oliveira Pires Afonso, 2ª Vice-Presidente; Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto, Corregedor e Manuel Barbosa da Silva, Vice-Corregedor.

Assim, abrindo-me em abraços para saudar os novos dirigentes do Tribunal, lembrei-me de Rui Barbosa¹¹:

(...) cada um há de acabar a sua tarefa. Com que elementos? Com os que herdou, e os que cria. Aqueles são a parte da natureza. Estes, a do trabalho.

Por certo, são tantos os elementos dos novos gestores desta Casa, a serem destacados, seja pelo bem nascer, seja pelo trabalho dedicado, que se revelam em multiplicados méritos e virtudes. César, Rosemary, Fernando e Manoel carregam dentro de si os frutos da maturidade:

César ingressou na magistratura trabalhista em 1987, por concurso público, como Juiz Substituto. Foi promovido em 1989 a Juiz Presidente, sempre atuando em Uberlândia. Em 2005 foi promovido por antiguidade e empossado no 2º grau. Exerceu os cargos de Diretor da Escola Judicial e Vice-Corregedor do TRT-MG nos biênios 2010/2011 e 2016/2017, respectivamente.

Rosemary ingressou na magistratura trabalhista em 1990, por concurso público no cargo de Juíza Substituta. Foi promovida em 1993 a Juíza Presidente, atuando em Montes Claros, Coronel Fabriciano, João Monlevade, Congonhas, Sete Lagoas e Nova Lima. Foi juíza titular em Belo Horizonte e em Sabará. Em 2015 foi promovida por merecimento e empossada como Desembargadora. Fernando ingressou na magistratura trabalhista em 1989 por concurso público. Foi promovido em 1990 a juiz presidente nas J CJ de Governador Valadares, Almenara, Itaúna e Belo Horizonte. Foi juiz titular em Belo Horizonte. Em 2012 foi promovido por merecimento e empossado Desembargador. Eleito e empossado

Vice-Corregedor do TRT-MG para o biênio 2018/2019.

Manoel ingressou na magistratura trabalhista em 1990, por concurso público, como Juiz Substituto. Foi promovido em 1993 a Juiz Presidente em atuação nas cidades de Januária, Itabira e Sete Lagoas. Foi juiz titular em Belo Horizonte e em Contagem. Em 2015 foi promovido por merecimento e empossado Desembargador.

Percebe-se pelos currículos apresentados que César, Rosemary, Fernando e Manoel já foram bem testados e aprovados no exercício da função judicante. Têm de sobra competência, dedicação e seriedade para viverem o novo ciclo de vida, como bons gestores no processo de administrar.

Além de toda essa bagagem do novo corpo de dirigentes, garimpada em preciso e precioso "processo do julgar", extraio, com muito gosto, algumas das minhas lembranças, em um processo de conhecer, que ora lhes revelo:

César foi meu colega na 3ª. Turma deste Tribunal. Sempre discreto e prudente em seus julgamentos, é daqueles que ouvem muito e falam pouco. Tem mestrado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia e cursou mestrado em Direito pela Universitat de Valencia, Espanha. É professor, palestrante com vários artigos e livros publicados, dos quais destaco o Ônus da prova no Direito do Trabalho, para lhe expressar a minha gratidão, pelo que bem me ensinou e que representa tudo que aprimorei em conhecimentos sobre a prova. César é pai de Tiago e Vítor, filhos que o enchem de orgulho, pois espelham as melhores lembranças de Mara Regina, sua esposa, e de César e Paulina, seus pais.

Rosemary foi minha colega no doutorado dos Cursos de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFMG. Fomos aprovadas no mesmo concurso para ingresso na magistratura trabalhista e integramos a 10ª Turma deste Tribunal. Sempre se destacou pela inteligência privilegiada; tanto, que a Desembargadora e Professora Alice Monteiro de Barros, de saudosa memória e de extrema exigência, tendo-a como aluna, não hesitou em convidá-la para aqui ser sua assessora. É palestrante e professora de Direito na UFMG, com vários livros e artigos publicados. Tem por Arnaldo Afonso, seu marido, e por seu filho, João Pedro, um amor e uma ternura tamanha que ela nunca pensou existir.

Fernando, quando estudante, foi aguerrido no ativismo político-estudantil na Faculdade de Direito da UFMG. Depois de formado, foi assessor no TST. Também advogou e defendia com entusiasmo os litigantes. Foi meu aluno de mestrado em Direito na PUC/Minas. É palestrante e professor na Escola Dom Helder Câmara; possui vários artigos publicados, sendo muito querido dos alunos. É Pai de Pedro, de Gustavo e, de coração, de Maria Eduarda. Viveu a paternidade muito jovem, mas até hoje, passados tantos anos, tem a certeza de que os três filhos são o seu maior presente nesta vida. E, por fim, não esconde de ninguém e nem de todas as torcidas que... é ... GALO! (À propósito sou CRB Clube Regatas Brasil, com muito orgulho, cujo símbolo é também o GALO).

Manoel foi meu colega de concurso para a magistratura trabalhista. É sereno e muito espirituoso. Sabe ensinar com cortesia e muita competência: no seu gabinete, o servidor que entra nunca quer sair. É muito letrado e tem a memória prodigiosa; conhece as leis par coeur (de cor, de memória) e nada dos processos lhe passa despercebido. Gosta de ter seus pés na roça, onde se faz um dos jardineiros de Deus. Tem amor sem medida pelas plantas e com seu dedo verde¹² semeia e colhe o melhor que a terra lhe dá, do limão siciliano às muitas espigas de milho. Com Tereza tem os filhos Aline, Carlos e Diana, que são as suas maiores alegrias e seus maiores tesouros.

Não preciso mais me estender acerca desses novos integrantes da gestão direta do TRT, pois se viu neste breve conhecer que cada

um acrescenta o outro. O foco agora é a nossa etapa profissional compartilhada. Não são mais somente os sujeitos de suas histórias, ultrapassam-se, pois César, Rosemary, Fernando e Manoel são daqueles que aprendem todo o dia e a toda hora com Fernando Pessoa:

"Para ser grande, sê inteiro: nada teu exagera ou exclui. Sê todo em cada coisa¹³.

Sabedores de que o tempo só anda de ida¹⁴, poderão dar os passos certos numa Administração-mestra neste Tribunal. Têm pela frente uma missão que vinha sendo executada com excelência pela gestão anterior e por outras passadas.

Aqui, faço um registro de agradecimento a José Murilo de Moraes, Fernando Rios Neto, Camilla Guimarães Pereira Zeidler, Ana Maria Amorim Rebouças e Maristela Iris da Silva Malheiros, respectivamente, nos cargos de Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, Corregedora e Vice-Corregedora, os quais bem souberam levar adiante a gestão do Tribunal no biênio de 2020/2021, apesar das dificuldades com a pandemia da Covid-19. Venceram (...) um dia de cada vez, todos os dias, na lição de Nelson Mandela.

Por certo, Ricardo, César, Rosemary, Fernando e Manoel levarão também esse aprendizado. Não há o que temer, porque os dirigentes desta Casa podem contar com magistrados de primeira e segunda instância bem preparados, que atuam com celeridade e eficiência em milhares de processos, conciliando, ainda, outros milhares de litígios. Contam, igualmente, com os servidores, que realizam trabalho dedicado; tanto assim é, que o Des. Tito Campos de Paula do TRE do Paraná, em boa comparação, lembrou que sem eles o Tribunal seria uma caneta sem tinta. ¹⁵

Também podem contar com o Ministério Público do Trabalho, sempre atuante como órgão agente ou fiscal da lei, mas sempre parceiro da magistratura trabalhista, em objetivo conjunto, para que as relações do trabalho privilegiem a dignidade humana. E mais, contam com a Advocacia pública e privada imprescindível para o equilíbrio das relações processuais.

Para tanto é preciso ampliarmos a nossa consciência de que juntos somos mais fortes e acolhermos a fala profética de Mônica Sette Lopes:

"Para tempos, como o nosso, tão irremediavelmente trágicos, tão repugnantes, tão desesperançados. Para tempos de vida louca, de vida pouca, de tantas armadilhas. É melhor que não nos afastemos, que vamos de mãos dadas. ¹⁶

Foi transmitida mensagem gravada da Excelentíssima Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Ministra Maria Cristina Peduzzi:

"Cumprimento a direção do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, que hoje concluiu o seu mandato na pessoa do Presidente Desembargador José Murilo de Moraes. Cumprimento a nova direção, hoje empossada, na pessoa do Presidente Desembargador Ricardo Antônio Mohallem, e cumprimento todos os magistrados deste Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e todos os magistrados do trabalho, e todas as autoridades presentes já nominadas, membro do Ministério Público, advogados, servidores. E, com grande honra, apresento, em nome do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, os mais efusivos cumprimentos à nova direção do Tribunal, saudando cada um dos seus membros pela trajetória que os conduziu até este momento de tamanha importância. E de semelhante modo, é fundamental exaltar as conquistas e feitos da direção no biênio 2019/2021, que hoje conclui esta missão institucional para com o TRT da 3ª Região. Esta importante direção teve o seu mandato

abruptamente surpreendido, como nós também tivemos, pelas demandas sanitárias, econômicas e produtivas impostas pela pandemia da covid19. Preciso agir com rapidez, com diligência e responsabilidade, para gerir o funcionamento da Corte e a organização do trabalho remoto, garantindo excelência e eficiência na prestação jurisdicional, bem como saúde, preservação da saúde de todos aqueles envolvidos no trabalho, em suas instalações físicas. E o caminho, todos sabemos, não foi fácil, com o passar do tempo, as demandas foram se transformando dinamicamente. Num primeiro momento foi necessária a rápida transição para o trabalho remoto e a implementação das melhores práticas de informática e gestão de pessoas para se garantir a manutenção da prestação jurisdicional em um momento de crise e que tanto precisou de respostas da Justiça do Trabalho. Posteriormente, com o avanço da ciência, as vacinas para combater a Covid surgiram e, com elas, novas mudanças. Hoje, estamos convivendo com o retorno ao trabalho presencial que passou a ser uma demanda, que vem sendo solucionada com cautela e medidas de segurança. Como sabiamente afirmou Heráclito: nada é permanente, exceto mudança. E com base nesta premissa se fundou a gestão do biênio 2019/2021, sempre atenta à permanência da mudança. E os feitos desta gestão, que hoje encerrou o seu trabalho, apenas para citar como exemplos, no ano de 2020, o TRT da 3ª Região foi agraciado com o prêmio CNJ de Qualidade na Categoria Ouro, com destaque para aumento nos índices de produtividade e nos índices de conciliação, na fase de conhecimento e no cumprimento das metas nacionais para julgamento de processos, inclusive processos antigos. Aprovou a segunda edição do Plano de Logística Sustentável, para o período de 2021/2026, com o objetivo de cumprir a agenda 2030 da ONU, por meio de diretrizes para um desenvolvimento sustentável em sua jurisdição. Outro feito também, digno de registro, foi a implantação do juízo 100% digital, em todas as unidades judiciárias do TRT, democratizando ainda mais o acesso à Justiça e garantindo mais celeridade e eficiência na prestação jurisdicional. E na área tecnológica, o TRT também criou e elaborou uma ferramenta para permitir o acesso às audiências gravadas em meio digital, de forma mais fácil e rápida, através da catalogação de temas e datas. Então, as realizações são inúmeras e servem de parâmetro, exemplo e motivação para a nova direção hoje empossada. Assim parabeno o Presidente, Desembargador José Murilo de Moraes; o 1º Vice-Presidente, Desembargador Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto; a 2ª Vice-Presidente, Desembargadora Camilla Guimarães Pereira Zeidler; a Corregedora, a Desembargadora Ana Maria Amorim Rebouças e a Vice-Corregedora, Desembargadora Maristela Íris da Silva Malheiros, por enfrentarem com coragem os desafios que foram apresentados durante a gestão no biênio que hoje encerra, conscientes de que as adversidades encontradas, apesar de inéditas no século XXI, fazem parte da vida. O trabalho de Vossas Excelências ficará marcado, com louvor e êxito, na história institucional do TRT da 3ª Região. E como ponderadamente escreveu Guimarães Rosa: a vida é feita de poucas certezas e muitos dar-se um jeito. Diante das incertezas da pandemia a direção realizou muitos dar-se um jeito, com muito sucesso. Parabéns à nova direção eleita e hoje empossada. Prenuncia-se a seguir esta trajetória de coragem com as mudanças presentes e as que ainda virão de forma imprevisível pelo correr da vida, neste próximo biênio. Invoco ainda a sabedoria de Guimarães Rosa em três palavras: viver é plural; firmem esta gestão na certeza de que o êxito demandará um trabalho coletivo, fundado na diligência, na fraternidade, na solidariedade e na integridade, atentando-se para os múltiplos aspectos da vida e da prestação jurisdicional. Com

estas palavras cumprimento a hoje empossada direção para o biênio 2022/2023, o novo Presidente, Desembargador Ricardo Antônio Mohallem; o 1º Vice-Presidente, Desembargador César Pereira da Silva Machado Júnior; a 2ª Vice-Presidente, Desembargadora Rosemary de Oliveira Pires Afonso; o Corregedor, Desembargador Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto e o Vice-Corregedor, Desembargador Manoel Barbosa da Silva.

Desejo que Deus proteja, guarde e ilumine cada membro da nova direção do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, no biênio 2022/2023, para que exerçam todas as suas valorosas potencialidades, virtudes, inteligências e habilidades já reconhecidas por todos, sempre sob as bênçãos de Deus. Parabéns e muito obrigada.

Novamente, em homenagem aos presentes, os músicos integrantes da Orquestra Sinfônica da Polícia Militar de Minas Gerais executaram "Ave Maria", de Bach/Gounoud.

Prosseguindo, houve a manifestação do Exmo. Desembargador Presidente empossado para o biênio 2022/2023, Desembargador Ricardo Antônio Mohallem:

"Boa noite

Exmo. Sr. Desembargador José Murilo de Moraes (autoridades da mesa).

Senhoras e Senhores, autoridades civis e militares.

Minha amiga, Desembargadora Taisa Maria Macena de Lima;

Meus amigos presentes e distantes.

É motivo de excepcional satisfação para mim recebê-los nesta Sessão Solene para posse dos novos dirigentes do TRT da 3ª Região.

Em 14 de abril de 1986, tomei posse como Juiz do Trabalho Substituto. Passei a noite ansioso, porque no dia 15 estava designado para presidir a minha primeira audiência. Até que me sai razoavelmente bem... O servidor que a secretariava me salvou de poucas e boas Conhecia o metier melhor do que eu. Passados dois meses, fui designado para a então JCJ de Pouso Alegre. Fui de ônibus, eu e Deus. Levei uma mala e, para meu socorro pessoal, várias sacolas, pesadíssimas, cheias de Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena, Alice Monteiro de Barros e tantíssimos outros. A família ficou em BH.

Poucos dias, já instalado no Hotel Cometa, recebo um telefonema da Angela, preocupada: o Duduzinho adoeceu, está febril, sem apetite e prostrado. Vou levá-lo ao pediatra. O médico o examinou e diagnosticou: É saudade do pai. Dá um jeito de trazer o Ricardo de volta a BH ou vá para Pouso Alegre. Voltei no final de semana e o Duduzinho ficou ótimo. Na segunda-feira de madrugada, a bordo do meu Chevette, pegamos a Fernão Dias rumo a Pouso Alegre.

Era outro tempo!

Tempo em que o juiz colocava na máquina o papel carbono para datilografar a sua sentença com cópias.

É até difícil acreditar, mas o grande salto tecnológico comemorado à época foi a substituição da máquina de escrever manual pela elétrica. A evolução nos trouxe à sofisticação do processo eletrônico. A magistratura artesanal ficou no passado. Sua essência, contudo, não mudou: um encontro marcado com o conflito a ser decidido, nunca em empate.

As vicissitudes da magistratura são inúmeras e dariam um bom romance. Lembro-me de duas aqui do foro de Belo Horizonte, tão pitorescas que Carlos Heitor Cony as transformou em crônica (O Trabalho da Justiça, F. São Paulo, 21.jul.2001):

"[Os] juízes ficam sem saber se devem ter mais pena do empregado ou do patrão, pois a maioria deles está, guardadas as proporções,

em situação desesperadora. Deu-se que houve uma reclamação trabalhista e, diante do juiz, as partes chegaram a um acordo, coisa de uns R\$ 300, que o empregador pagou na hora, perante o magistrado e as demais testemunhas. Saíram as partes ao mesmo tempo, mas, na primeira esquina, o empregador sacou de uma arma e tomou os R\$ 300 que havia pago ao ex-empregado. Parece coisa de chanchada italiana, filme com Totó no papel do empregado e Vittorio de Sicca como patrão. A outra historinha nem é historinha, porque é mais trágica. A audiência estava marcada para uma quarta-feira. Na véspera, o empregador foi à casa do ex-empregado e matou-o diante dos filhos. Em seguida, procurou as duas testemunhas arroladas pelo ex-empregado e que iriam depor contra ele. Também as matou. Acredito que cada juiz de trabalho, em qualquer comarca deste país, conheça casos assemelhados ou piores. A maioria das desavenças nem chegam ao noticiário, são corriqueiras e não envolvem pessoas importantes, mas empregadores modestos e empregados mais modestos ainda. Volta e meia, o sistema político neoliberal ameaça acabar com a Justiça do Trabalho.

Vaticina Cony, para finalizar:

"É possível que ela necessite de uma legislação mais atual e adequada às condições de trabalho, que se modificam com o tempo. Mas acabar com ela é jogar empregados e empregadores às feras. Tal como nos tempos anteriores à abolição da escravatura, seria a volta do pelourinho.

Fico estarecido quando ouço propostas para extinguir a Justiça do Trabalho.

Dá vontade de perguntar a quem as formula: O sr. já precisou pegar condução - é assim que se diz embarcar em um ônibus aqui em BH - ou esteve em uma das estações de integração durante uma greve de motorista de ônibus, como a do último 23 de novembro?

Peço a Deus que me conceda Sabedoria, a grande aliada para combater ideias insensatas e resolver problemas concretos.

O mais preocupante é iniciar o próximo biênio em contexto de elevada criticidade pelo reduzido número de juízes. Foram inúmeras as aposentadorias nos últimos tempos, sem reposição. Somos 158 juízes titulares e apenas 99 substitutos. A gravidade é tal que no final de novembro, 18 Varas em Minas ficaram sem audiências por falta de juízes. Há risco de colapso na operacionalidade do Tribunal. Para a solução desse problema confio no discernimento e sensibilidade do Col. Tribunal Superior do Trabalho e das instâncias competentes.

Idêntico e não menos preocupante é o quadro de servidores, tanto no 1º quanto no 2º Grau. Sem servidores, o Tribunal fica manco.

Aproveito este momento para homenageá-los, especialmente aqueles que me servem há tanto tempo no gabinete, com denodo e dedicação. Recebam todos o meu sincero agradecimento.

Retomo o fio da meada, pois espero, junto com os Magistrados desta Casa encontrar soluções que satisfaçam os interesses da Justiça como um todo, não apenas de uma instância em prejuízo da outra.

No próximo biênio tenciono dedicar bastante atenção ao incremento das soluções consensuais. Para obtê-lo, conto com o talento de cada Magistrado, o envolvimento compromissado do Ministério Público do Trabalho, das entidades sindicais, do Ministério de Estado do Trabalho e Previdência, dos Advogados e dos servidores, tanto nas Varas como nos CEJUSCs (Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas da Justiça do Trabalho), tarefa que delegarei à 1ª Vice-Presidência, a cargo do Des. César Pereira da Silva Machado Júnior.

A 2ª Vice-Presidência estará sob custódia da Des. Rosemary de Oliveira Pires Afonso, a quem caberá cuidar dos Precatórios, da

Ouidoria e da Escola Judicial, esta última com a missão de promover a formação inicial e continuada dos magistrados e servidores, sem o que não chegaremos a lugar nenhum.

Os Desembargadores Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto e Manoel Barbosa da Silva assumirão a Corregedoria e a Vice-Corregedoria, - ou melhor, perdoem-me o neologismo, Pedagogregedoria e Vice Pedagogregedoria, normativamente com funções de inspeção e correção permanentes dos Juízos de primeiro grau e serviços judiciários, mas atentamente voltadas para, de forma pedagógica, orientar e prevenir falhas.

Um preito de reconhecimento cabe à administração do Des. José Murilo de Moraes, integrada pelos Des. Fernando Rios Neto, Camila Guimarães Pereira Zeidler, Ana Maria Amorim Rebouças e Maristela Iris da Silva Malheiros. De forma emblemática para a administração pública, essa administração reduziu em mais de R\$10.000.000,00 a despesa anual com locação de imóveis, restituiu a seus legítimos titulares, empregadores e trabalhadores, cerca de R\$18.000.000,00 garimpados em processos esquecidos e obteve para o nosso TRT3 o Prêmio CNJ de Qualidade, na categoria Ouro. Pretendo segui-lo nessa toada.

Nomearei um juiz para auxiliar-me na Presidência, até como canal de interlocução com o universo do Tribunal.

Paralelamente, sonho em revigorar a Secretaria-Geral da Presidência e a Diretoria Judiciária restaurando-lhes a vocação integrativa, oniabrangente e cooperativa, colocando sob esta última toda a área judicial do 1º e 2º Graus.

Outro tema a preocupar-me é o retorno ao trabalho pós-pandemia. Um antigo provérbio indiano ensina que só é possível ao mestre trazer para si o discípulo, por três caminhos: o nome, o olhar e o toque. Chamando-o pelo nome, olhando-o nos olhos e tocando-o com um cumprimento. Mudando o que deve ser mudado, só assim o juiz consegue interagir com os participantes de uma audiência, coisa impossível em ambiente virtual. Vamos pensar o melhor modo para retornar.

Sob outra perspectiva, lembro-me de que um grande pensador inglês tem uma metáfora significativa para um tema que sinto necessidade de tocar: Imaginem que uma [esquadra] de navios () esteja navegando em formação. A viagem só poderá ser um sucesso se, antes de tudo, os navios não colidirem uns com os outros nem se colocarem no caminho uns dos outros; e, em segundo lugar, se cada navio estiver em condições de navegar e com os motores em bom funcionamento. ()

Se os navios continuarem a colidir, não vão ter condições de navegação por muito tempo. Por outro lado, se os lemes de navegação estiverem quebrados, não será possível evitar as colisões. ()

Mas há uma coisa que ainda não levamos em conta. Ainda não perguntamos a que lugar a frota está tentando chegar. E por melhor que a frota possa ter navegado, sua viagem seria um fracasso () se tivesse como destino a Ilha de Capri, mas atracasse na nossa belíssima Fernão de Noronha. (LEWIS, C. S. Cristianismo puro e simples. Trad. Gabriele Greggersen. 1a. Ed Rio: Thomas Nelson Brasil, 2017, p. 107s. Pequena modificação no texto original).

Confesso que não foi surpresa constatar quão fragmentado está o nosso tribunal! Cada setor, núcleo, centro, comissão, colegiado, secretaria, Vara e Gabinete de Desembargador funciona como se fosse uma ilha, pleonasticamente isolada. Não me excludo desse isolamento; para o bem de todos, será necessário entrelaçá-los. Diferentemente do que se pensa, o juiz do trabalho não se limita a decidir litígios. Preocupa-se além disso com o trabalho sob o ponto de vista ontológico.

Segundo o poeta-salmista, o ser humano é ao amanhecer, como a

erva que germina; de manhã, floresce e cresce, de tarde, cai e seca (Sl. 90, 5-6). Entre o florescer e o secar, o trabalho não deveria faltar para nenhum ser humano.

O trabalho envolve pessoas, é relacional. No plano vertical com superiores e subalternos; no horizontal com outros trabalhadores, entidades sindicais, toda a cadeia colaborativa de produção e até consumidores.

A vida nunca foi um mar de rosas para ninguém. É dura e hostil. Nem sempre o trabalho é glamoroso. Pelo contrário, em regra, é exaustivo. Porém, não é caso de enxergá-lo como maldição ou pena. Tem muita coisa penosa que não é punição. Uma partida de futebol é sempre penosa, faz suar, ainda que jogada por mera diversão. Se trabalho fosse punição, nenhum jovem a certa idade quereria trabalhar e alcançar sua independência. É penoso no sentido de que inquieta, preocupa e compromete. Uma renomada filósofa pontua que Não existe felicidade duradoura fora do ciclo prescrito de exaustão dolorosa e regeneração prazerosa; [que o digam os torcedores do Galo no jogo contra o Bahia...] E prossegue: () Tudo o que desequilibra esse ciclo a pobreza e a miséria () arruína a felicidade elementar que advém de estar vivo. (ARENDDT, Hannah. A condição humana: trad. Roberto Raposo, 13. ed., Rio de Janeiro:Forense, 2017, Nota 53, p. 131-33)

Superados como formas institucionais o trabalho servil e o escravismo, e sepultadas as expectativas de que a ausência ou a presença da intervenção estatal regulatória pudesse melhorar a questão do trabalho, não é o que se vê. Qualquer absolutização de uma dessas visões está fadada ao fracasso.

Na minha opinião, o caminho é a auto-organização do trabalho pelos trabalhadores e empregadores, nos limites e conforme prevê a Constituição e a lei ordinária.

Todavia, isso não é suficiente. O mundo do trabalho persiste repleto de problemas. Vou enumerar apenas quatro.

O primeiro eclodiu em 2020: o desastre epidemiológico do Covid-19. Trabalhadores, empregadores e o Estado foram afetados, deixando rastros de gente quebrantada por todos os cantos.

O segundo foi o macabro espetáculo próximo de nós, os mineiros. Em outro contexto, no sexto Círculo do Inferno - na verdade, não tão outro assim Dante Alighieri e Virgílio são forçados pela emanação pestilencial que subia das profundezas a se postarem À borda de vastíssimo talude... de onde vislumbram um cenário inda mais rude:..., que despreza a natureza e a arte desfaz; (Divina Comédia, Canto XI).

Precisamos de relações do trabalho nutritivas e sadias, não à borda ou aos pés de enormes e inseguros taludes, que se rompem para a passagem de torrentes paradoxalmente desérticas.

O terceiro é o trabalho como âncora identitária do ser humano. Sem trabalho, o homem será sempre um ser incompleto. O desaparecimento de certos afazeres substituídos pela automação, compromete a sobrevivência de alfaiates, amoladores de faca, engraxates, trocadores de ônibus etc. Trabalho não é só um dever; é também um direito. É óbvio que surgem profissões novas (entregador por aplicativo, engenheiro de cibernética, Gestor de Ecorrelações, Bioinformacionista etc). Estas, entretanto, não reabsorvem aquela mão de obra. O que fazer com essa legião de pessoas que se veem desapossadas do seu status profissional?

O quarto é o trabalho infantil, que não se confunde com tarefas caseiras leves, prestadas no tempo livre e no aconchego da casa paterna. Criança nasceu para ser educada e preparada para o futuro. Não para trabalhar, para ser explorada, para vender balas nos sinais ou, o que é pior, drogas. Isso é a perversão do trabalho. Um antídoto eficaz para tudo isso é a educação, educação básica e de qualidade para as crianças e para requalificar trabalhadores.

A esta altura, já me encaminhando para o fim, boas recordações emergem de paragens íntimas.

Dostoiévski me chamou a atenção ao colocar na boca de Aliocha, já no finzinho da trágica história da família Karamazov, que [] não há nada mais nobre, mais forte, mais são e mais útil na vida que uma boa recordação, sobretudo provindo da juventude, da casa paterna. (DOSTOIÉVSKI, Fiodor. Os irmãos Karamazov. Trad. Otto Maria Carpeaux: trad. Natália Nunes e Oscar Mendes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p. 741).

No batismo, entre o meu prenome e o nome de família, recebi o do meu avô, Antônio, um libanês de poucas letras e que gostava de me apresentar com revistas em quadrinhos. Ele acreditava que mesmo ainda não estando alfabetizado, apenas por ver as figurinhas, eu aprenderia muito. Não me esqueço das manhãs de sábado, quando a sua generosidade trazia à porta do seu negócio uma fila de necessitados para receberem uma pequena ajuda. Todos os sábados!

Meu pai chamava-se Joaquim. Era o ainda não. Meditativo, estudioso e meigo. Perdi a conta das vezes que entrou na sala de audiência, interrompendo-a para me dar um beijo no rosto. Em seguida, esclarecia aos presentes: Sou pai dele. Eu sentia vergonha. Sinto-me hoje envergonhado daquela vergonha. Nos Natais distribuía às crianças carentes um presente singular: um caderno e um dicionário da língua portuguesa.

Minha mãe, Ruth, era o agora, arrojada e decidida. Seu carinho revelava-se no zelo com a família. Não tinha tempo para beijos e abraços. Também pudera, nove filhos! Certa vez recebeu no Colégio Santo Agostinho o título de Mãe do Ano.

Para mim, mãe de todos os meus anos. A conjunção entre o ainda não e o agora foi decisiva para o pai superar o revés financeiro sofrido no início dos anos 70, quando se desfez do patrimônio exceto da casa residencial para quitar dívidas de um negócio fracassado, e sem esmorecer, seguir a vida. Após se formar com destaque na UFMG, na turma de 1971, iniciou-se na advocacia, e o que é mais intrigante, fez despertar em cinco dos filhos o gosto pelo Direito.

Paulinho, Cláudia, Lúcia, Lurdinha, Ângelo, Maria Helena, Eduardo (Duduzão) e Eliane, não me esqueço da nossa infância, das nossas brincadeiras na horta, das viagens às praias do Espírito Santo e da nossa indissolúvel união.

É pena que Duduzão e Eliane não possam estar aqui. Eliane, magistrada do trabalho, presenteou-me com a caneta que assinei o termo de posse. Simbolicamente, é a sua presença nesta sessão. Duduzão, com este sempre tive muita história. Quando criança, de noite, ele laçava um fio de barbante aos nossos dedos indicadores para que continuássemos unidos, cada um em sua cama. Um simples puxãozinho, era o sinal para início de uma conversa fiada, talvez para espantar o medo da escuridão.

A vida sempre nos surpreende! Em 2014 resolvemos, eu e Ângela, reformar nosso apartamento. A obra estava prevista para dois meses. Ao final desse prazo, a bagunça era geral. A solução foi morarmos com ele, na casa em que fomos criados. Passamos juntos os seus dois últimos anos de vida. Como é boa essa recordação!

Já falei da Ângela e do Eduardo, nosso filho, lá no início. Ela, o anjo que conheci em Itajubá, é o fio condutor da minha vida. Aceitou-me sem ressalvas, embora as merecesse. Por ela, sem arrependimento renunciei a muita coisa. Juntos vamos trilhando o caminho da vida, até quando Deus quiser. É uma mulher excepcional, especializada em cuidar das pessoas, de todos os que encontra no seu percurso existencial. De sobra, deu-me algo que não tem preço: Eduardo, nosso filho, verdadeira dádiva do Criador.

Eduardo estruturou sua vida ao lado da Cyntia, antes nora, agora filha. Essa genealogia tecida por um fio invisível nos enlaça todos ao pequeno Joaquim, netinho de dois aninhos, que por questões de segurança para o patrimônio da União, não pode estar presente.

Em suas ramificações, um dos misteriosos fios do meu itinerário me traz a doce lembrança de cada um dos senhores e senhoras, magistrados, servidores, amigos e advogados com os quais convivi nesta Justiça do Trabalho, ao tempo que hoje, às vésperas de entrar em exercício na Presidência, me devolve a mesma ansiedade anterior àquela minha primeira audiência, em 15 de abril de 1986.

O tempo, somente ele, poderá no futuro testemunhar se me saí razoavelmente bem

Com respeito a qualquer crença ou descrença, evoco Maria, Virgem Mãe, para que a todos proteja e abençoe. Muito obrigado!"

Sua Excelência o Desembargador Presidente, Ricardo Antônio Mohallem, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão.

Finalizando, o Cerimonial agradeceu à Polícia Militar de Minas Gerais pela apresentação de seus dois músicos integrantes da Orquestra Sinfônica.

Término dos trabalhos às 20 (vinte horas) horas e 37 (trinta e sete) minutos.

JOSÉ MURILO DE MORAIS

Desembargador Presidente do TRT da 3ª Região

RICARDO ANTÔNIO MOHALLEM

Desembargador Presidente do TRT da 3ª Região

eleito para o exercício de 1º de janeiro/2022 a 31 de dezembro/2023

TELMA LÚCIA BRETZ PEREIRA

Diretora Judiciária do TRT da 3ª Região

1ª Seção Espec. de Dissídios Individuais Decisão Monocrática

Processo Nº MSCiv-0011627-60.2021.5.03.0000

Relator	Lucas Vanucci Lins
IMPETRANTE	ROGERIO LUIZ BICALHO
ADVOGADO	FLAVIO COUTO BERNARDES(OAB: 63291/MG)
IMPETRADO	Desembargador da 11ª Turma do TRT da 3ª Região
CUSTOS LEGIS	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- ROGERIO LUIZ BICALHO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

Para ciência de Id fe1a472 a(ao)impetrante(s):

"Vistos, etc.